

1 Ata da Reunião Ordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João
2 – CBHLSJ. Ao trigésimo primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e
3 cinco, às dez horas, iniciou-se a reunião via videoconferência (plataforma Zoom), tendo
4 como pauta os seguintes assuntos: **Pauta: 1. Aprovação da Ata de reunião anterior**
5 **(29/05/2025); 2. Aprovação da Resolução que “Aprova a disponibilização de**
6 **recursos financeiros do CBHLSJ no montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**
7 **para a contratação de Estudo de Análise Microbiológica do Pescado da Lagoa de**
8 **Araruama”; 3. Aprovação da Resolução que “Aprova a disponibilização de**
9 **recursos financeiros do CBHLSJ no montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**
10 **para a Contratação de Empresa Especializada para a realização de Curso de**
11 **Formação de Condutores de Turismo de Base Comunitária (TBC); 4. Avaliação da**
12 **Minuta de Resolução que “Aprova a disponibilização de recursos financeiros do**
13 **CBHLSJ no montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para a contratação de**
14 **empresa especializada para a realização de Curso de Formação de Aquaviários**
15 **(CFAQ) para Marinheiro Auxiliar de Convés (MAC) e Marinheiro Auxiliar de**
16 **Máquinas (MAM) e do Curso de Formação Aquaviário – Pescador Profissional**
17 **(POP)”; 5. Avaliação da Resolução que da Resolução que “Aprovação a**
18 **disponibilização de recursos financeiros do CBHLSJ no montante de R\$ 20.000,00**
19 **(vinte mil reais) para a contratação de empresa para editoração, diagramação,**
20 **confeção, ajuste de arte e impressão gráfica de material informativo e de**
21 **divulgação do CBHLSJ. 6. Aprovação da Resolução que “Dispõe sobre o**
22 **procedimento do funcionamento das reuniões das Câmaras técnicas, Grupos de**
23 **Trabalho e subcomitês, no âmbito do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São**
24 **João – CBHLSJ; 7. Aprovação da Resolução que “Cria o Grupo de Trabalho com**
25 **a finalidade de acompanhar e propor melhorias para o site do CBHLSJ (GT Site**
26 **do CBHLSJ) no âmbito do Comitê das Bacias Hidrográficas das Lagoas de**
27 **Araruama e Saquarema e dos Rios São João e Una”; 8. Avaliação da Resolução**
28 **que “Cria o Grupo de Trabalho de Reuso de Efluentes (GT Reuso) no âmbito do**
29 **Comitê das Bacias Hidrográficas das Lagoas de Araruama e Saquarema e dos**
30 **Rios São João e Una”; 9. Aprovação da Resolução que “Revoga a Resolução**
31 **CBHLSJ nº 106/2019 e regulamenta a ajuda de custo e reembolso aos membros do**
32 **Comitê que venham representá-lo oficialmente em eventos, encontros, fóruns ou**
33 **quando forem apresentar trabalhos e/ou pesquisas de interesse do CBH – Lagos**
34 **São João”; 10. Aprovação da Resolução que “Altera a Resolução CBHLSJ nº**
35 **222/2025, e dispõe sobre a nova composição da Plenária do Comitê de Bacia**
36 **Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema e dos Rios São João e Una**
37 **(CBHLSJ) para o Biênio 2025- 2027 e dá outras providências”; 11. Aprovação da**
38 **Resolução que “Altera a Resolução CBHLSJ nº 218/2025, que dispõe sobre a**
39 **eleição e posse da Diretoria Colegiada do Comitê de Bacia Hidrográfica das**
40 **Lagoas de Araruama e Saquarema e dos Rios São João e Una (CBHLSJ) para o**
41 **Biênio 2025-2027, e estabelece a nova composição da Diretoria”. 12. Prorrogação**
42 **da vigência do GT Laguna de Saquarema; 13. Assuntos Gerais.** Onde
43 compareceram os seguintes representantes, conforme lista de presença: **Membros:** Sr.
44 André Vicente Plastino da Silva (Instituto Chico Mendes de Conservação da
45 Biodiversidade - ICMBio); Sra. Ana Paula Araújo Pereira e Sra. Mariana Loureiro Lima
46 de Arruda Botelho (Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro – FIPERJ); Sr.
47 Valdemir Dias da Silva (Instituto Estadual do Ambiente - INEA); Sra. Ana Paula
48 Rodrigues de Souza e Sra. Ana Luiza Assaf (Prefeitura Municipal de Araruama); Sr.
49 Jailton Dias Nogueira Junior (Prefeitura Municipal de Cabo Frio); Sra. Gabrielle

50 Ribeiro Rosa (Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu); Sra. Luciana de Almeida
51 Neri (Prefeitura Municipal de Rio das Ostras); Sr. Walter Luiz da Silva Ramos
52 (Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos – ASAERLA); Sr.
53 Felipe Silva Serpa (Associação Comercial, Turística, Industrial e Agrícola de São Pedro
54 da Aldeia – ACIASPA); Sr. Arnaldo Villa Nova (Associação de Defesa da Lagoa de
55 Araruama - Viva Lagoa); Sr. Felipe Sarquis Aiex e Sra. Marcela Bonelli Zarur
56 (Associação de Moradores e Amigos do Mato Grosso – AMAMG); Sra. Sra. Sheila
57 Moreira (Associação das Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema –
58 AMEAS); Sr. José Carlos Teixeira (Associação de Pescadores Artesanais no Parque das
59 Garças Integradas); Sr. Carlos Alberto Cardoso de Oliveira (Associação Socioambiental
60 Nossa Lagoa Viva – ANOLAVI); Sra. Carolina Mazieri e Sra. Mônica Casarin
61 Fernandes Elsen (Cidadania Buziana); Sra. Dalva Rosa Mansur e Sra. Sandra Barbara
62 de Souza (Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável –
63 IPEDS); Sra. Kátia Regina Martins de Souza Lima (Movimento de Mulheres de Iguaba
64 Grande – MOMIG); Sra. Talita de Castro Mallmann (Ordem dos Advogados do Brasil –
65 48 Subseção de São Pedro da Aldeia); Sra. Irene Alves de Mello (Associação Livre dos
66 Aquicultores das Águas do São João – ALA); Sr. Francisco da Rocha Guimarães Neto
67 (Associação dos Pescadores Artesanais e Sentinelas da Laguna Araruama - APASLA);
68 Sr. Maximillen Correa dos Santos (Associação de Pescadores Artesanais de Gancho de
69 Peixe da Laguna de Araruama – APAGPLA); Sr. Fernando Barbosa da Silva (Clube
70 Náutico de Araruama); Sr. Leandro Coutinho Mattos (Colônia de Pescadores de Iguaba
71 Grande - Z29); Sr. Ricardo Fernando Guadagnin e Sr. Sergio Kunio Yamagata
72 (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN); Sra. Vanessa Dutra
73 Soriano (Lagos Bioenergia S/A); Sra. Roberta Moraes (Prolagos S.A Concessionária de
74 Serviços Públicos de Água e Esgoto); Sr. Gilton Souza de Luna (Sindicato dos
75 Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cabo Frio); Sr. Vitor Gomes da Silva (Tosana
76 Agropecuária Ltda). **Entidade Delegatária:** Sra. Adriana Miguel Saad (Secretária
77 Executiva do CILSJ); Sra. Samara Miranda (Assistente Administrativa do CILSJ); Sra.
78 Aline Ribeiro (Analista Técnica do CILSJ); Sra. Vanessa Sotto (Analista Técnica do
79 CILSJ); Sra. Thaisa Azevedo (Assessoria de Comunicação do CILSJ/CBHLSJ).
80 **Convidados:** Sr. Emídio Fernandes (Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo); Sr.
81 Bernardo Bastos; Sra. Andreza Sr. Eli Cardoso (Associação dos Pescadores Artesanais
82 de Barragens da Laguna de Araruama – APAB-LA); Fábio Origuela (Associação
83 Comercial, Turística, Industrial e Agrícola de São Pedro da Aldeia - ACIASPA);
84 Danieli Mazieri (Cidadania Buziana); Samuel Muylaert (Secretaria de Estado do
85 Ambiente e Sustentabilidade - SEAS); Sr. Jorge Mello (Associação Livre dos
86 Aquicultores das Águas do São João – ALA). O Presidente do CBHLSJ, Sr. Jailton
87 Nogueira, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e comunicou que, às 11h,
88 precisaria se ausentar em razão de um compromisso profissional, solicitando que
89 alguém o substituisse. Dando continuidade, passou-se ao primeiro item da pauta:
90 **Aprovação da Ata de reunião anterior (29/05/2025).** A mesma foi aprovada pela
91 maioria dos membros, sem ressalvas. Seguiu-se, então, para o item 2. **Aprovação da**
92 **Resolução que “Aprova a disponibilização de recursos financeiros do CBHLSJ no**
93 **montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para a contratação de Estudo de**
94 **Análise Microbiológica do Pescado da Lagoa de Araruama”.** A Sra. Aline Ribeiro
95 (Analista Técnica do CILSJ) informou que a minuta já havia sido apreciada e aprovada
96 pela Câmara Técnica Institucional Legal (CTIL). A Sra. Dalva Mansur (Instituto de
97 Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável – IPEDS) solicitou a
98 inclusão de um considerando com a data da reunião da CTIL em que a resolução foi

99 avaliada, reforçando a importância de adotar esse procedimento em todas as resoluções
100 daqui em diante. A Sra. Mônica Casarin (Cidadania Buziana) questionou a supressão
101 das áreas específicas na nova versão da minuta, sendo esclarecido pela Sra. Aline que se
102 tratava de retificação, permanecendo como objeto geral a Lagoa de Araruama. O Sr.
103 Felipe Serpa (Associação Comercial, Turística, Industrial e Agrícola de São Pedro da
104 Aldeia – ACIASPA) levantou dúvida quanto ao item de pauta em discussão,
105 mencionando que tinha a compreensão de que a resolução já havia sido deliberada na
106 última reunião plenária. Questionou se o ponto não teria sido aprovado anteriormente ou
107 se teria retornado à CTIL em razão de alguma exigência. Em resposta, a Sra. Aline
108 Rodrigues Ribeiro Lima esclareceu que a resolução havia sido aprovada pela CTIL e, de
109 fato, constou da pauta da última plenária, juntamente com as minutas relativas aos
110 cursos. Informou que, naquela ocasião, o debate em torno das resoluções dos cursos foi
111 extenso e acabou gerando confusão, de modo que, por falta de atenção, a resolução
112 referente ao pescado, que se encontrava entre as resoluções dos cursos, acabou sendo
113 “pulada”, não tendo sua aprovação formalmente registrada. Por isso o seu retorno à
114 plenária, para aprovação. O Sr. Fernando Barbosa (Clube Náutico de Araruama)
115 solicitou esclarecimentos sobre a demanda. Em resposta, a Sra. Aline Ribeiro informou
116 que a proposta tratava da questão do pescado, sendo uma demanda apresentada pela
117 Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura (CT Pesca), referente à necessidade de realizar
118 análises microbiológicas do pescado da Lagoa de Araruama. Na sequência, o Sr. Sr.
119 Francisco da Rocha Guimarães Neto (Associação dos Pescadores Artesanais e
120 Sentinelas da Laguna Araruama - APASLA) complementou explicando que houve a
121 circulação de informações falsas em relação à qualidade do pescado da lagoa, as quais,
122 de forma equivocada, indicavam contaminação, mesmo diante de relatórios técnicos que
123 atestavam a sua aptidão para consumo. Ressaltou que o monitoramento é fundamental
124 não apenas para assegurar a comercialização, mas também por se tratar de um
125 importante indicador da qualidade ambiental do ecossistema aquático. Destacou ainda a
126 relevância econômica da medida, reforçando que essa demanda foi amplamente
127 discutida e consolidada no âmbito da CT Pesca culminando na proposta apresentada à
128 Plenária. O Sr. Felipe Maneschy (Associação de Moradores e Amigos do Mato Grosso
129 – AMAMG) mencionou que o GT da Lagoa de Saquarema tem objetivo semelhante e
130 poderá futuramente apresentar uma proposta semelhante à CT Pesca. A Sra. Carolina
131 Mazieri (Cidadania Buziana) observou que na minuta da resolução anterior havia
132 referência à análise de sedimentos e questionou se esta estaria contemplada junto à
133 análise microbiológica. Em resposta, a Sra. Aline Ribeiro esclareceu que a confusão se
134 deu em razão de um equívoco no título da resolução, já corrigido, e que a proposta em
135 pauta refere-se exclusivamente à análise microbiológica do pescado, havendo ainda
136 debate sobre a possível inclusão de metais pesados. Informou que a análise de
137 sedimentos configuraria um estudo distinto, já discutido no âmbito do Subcomitê da
138 Lagoa de Araruama. O Sr. Jailton Nogueira reforçou que a resolução é específica para o
139 pescado, não incluindo água ou sedimentos, e que o objetivo é avaliar a qualidade do
140 pescado consumido pela população. A Sra. Aline complementou destacando que a
141 inclusão de análises de sedimento elevaria consideravelmente o custo do estudo. Em
142 seguida, a Sra. Carolina Mazieri indagou se será aberto um processo específico para
143 tratar da análise de sedimentos, ao que a Sra. Aline respondeu afirmativamente,
144 explicando que tal demanda já foi apresentada pelo Subcomitê da Lagoa de Araruama,
145 no contexto de estudos de viabilidade técnica para dragagem e análises correlatas de
146 sedimentos. O Sr. Carlos Alberto Cardozo (Associação Socioambiental Nossa Lagoa
147 Viva – ANOLAVI) questionou se já havia sido definido um cronograma ou

periodicidade para os levantamentos, considerando que o corpo hídrico está em constante transformação e sujeito a oscilações de poluição conforme as condições climáticas. Em resposta, Francisco Guimarães informou que, após a aprovação, a CT Pesca reuniria os representantes das organizações e a empresa responsável, de modo a desenvolver o planejamento em conjunto, definindo os locais prioritários e acompanhando a evolução dos pontos críticos. O Sr. Jailton Nogueira destacou que a avaliação proposta se relaciona com a bioacumulação no pescado, um fenômeno histórico do ambiente, e que a análise pode evidenciar a presença de elementos tóxicos ou metais pesados que inviabilizem o consumo humano. A Sra. Talita de Castro (Ordem dos Advogados do Brasil – 48 Subseção de São Pedro da Aldeia) questionou se a análise do pescado incluiria metais pesados, ressaltando a importância de contemplar essa variável além da microbiológica. A Sra. Aline Ribeiro informou que, inicialmente, na resolução estava posto apenas a análise do pescado, mas que na CTIL, foi incluída a microbiológica. Assim, apontou que seria necessário definir se seria mantida apenas a microbiológica ou se seriam também incorporados os metais pesados, para evitar inconsistências futuras na fase de licitação. O Sr. Arnaldo Vila Nova ponderou que o monitoramento do INEA não tem identificado metais pesados na lagoa, defendendo prioridade para a análise microbiológica. O Sr. Jailton Nogueira, contudo, sugeriu incluir também metais pesados, avaliando custos e logística. Diante das divergências, a Sra. Carolina Mazieri propôs colocar em votação duas opções: manter apenas a análise microbiológica ou incluir também metais pesados. O Sr. Jailton reforçou a importância de uma abordagem ampla, considerando tanto a microbiologia quanto a toxicidade, visando inclusive futuras certificações de qualidade do pescado. Já o Sr. Francisco Guimarães destacou que a Embrapa já realizaria estudo sobre metais pesados, sendo prudente aprovar o texto atual e, em momento posterior, deliberar sobre resoluções específicas para metais pesados, quando houvesse mais informações sobre custos. A Sra. Dalva Mansur ressaltou a necessidade de considerar o posicionamento já definido pela câmara técnica. Destacou que a matéria em pauta passou por diversas instâncias, incluindo a câmara técnica, a plenária e a CTIL, onde foi amplamente discutida e aprovada. Reforçou que os argumentos contrários já foram avaliados e que não seria adequado retomar indefinidamente a mesma discussão. Afirmou ainda que o custo adicional de aproximadamente quarenta mil reais para a inclusão de análises de metais pesados inviabilizaria a proposta, motivo pelo qual defendeu a manutenção do texto conforme aprovado nas instâncias técnicas anteriores. Na sequência, o Sr. Ricardo Guadagnin (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN) ressaltou que a deliberação em questão estava inserida em um contexto mais amplo, voltado à identificação de origem geográfica da tainha da Lagoa de Araruama e ao fortalecimento de iniciativas de turismo de base comunitária. Se tratava de uma decisão estratégica que poderia transformar a lagoa em um ativo relevante, capaz de gerar emprego e renda para a população local. Destacou, ainda, que esse entendimento deve ficar claro a todos os conselheiros, de modo a reforçar a importância de alinhar esforços para o desenvolvimento sustentável da região. Concluiu sua fala alertando que o excesso de tempo gasto em discussões já amadurecidas pode atrasar avanços essenciais para a valorização do ecossistema e para a criação de oportunidades socioeconômicas no entorno da lagoa. O Sr. Jailton Nogueira destacou que, com base nas colocações anteriores, reconheceu a relevância do histórico apresentado, considerando tratar-se de mais um passo importante no processo. Resaltou que não considerava a discussão uma perda de tempo, mas defendeu a necessidade de reduzir o número de pautas por reunião e ampliar a frequência dos encontros, garantindo que os debates sejam exauridos de

forma democrática e respeitosa, de modo a fundamentar as aprovações. O Sr. Jailton Nogueira ressaltou ainda a importância da justificativa do Sr. Francisco Guimarães acerca da validade do selo em relação ao pescado, destacando que, caso haja oportunidade e recursos, seria pertinente contemplar também a análise de metais pesados. O Sr. Carlos Alberto Cardozo corroborou com a fala do Sr. Jailton, destacando a relevância do tema e a importância de sua aprovação, mas também a necessidade de maior objetividade, com pautas menores e reuniões mais dinâmicas, considerando o tempo disponível dos participantes. Em continuidade, o Sr. Jailton propôs a criação de uma resolução específica para metais pesados, reforçando também a importância da análise microbiológica do pescado. A Sra. Carolina Mazieri, por sua vez, questionou a possibilidade de colocar em votação a inclusão dos metais pesados na mesma resolução, considerando que muitos laboratórios realizam ambos os exames em conjunto e que já havia manifestações favoráveis de outros nesse sentido. O Sr. Francisco Guimarães ponderou que seria precipitado incluir os metais pesados sem antes verificar os valores e orçamentos necessários, sugerindo a aprovação da proposta inicial e a elaboração de uma resolução específica em momento posterior. A Sra. Carolina Mazieri reforçou a importância de não perder a oportunidade de otimização dos custos de coleta. O Sr. Arnaldo Vila Nova reiterou a necessidade de aprovar a proposta já consolidada, lembrando que o orçamento para a análise microbiológica já estava previsto, e que qualquer alteração demandaria tempo adicional para novas cotações. Destacou, ainda, que os níveis de metais pesados na lagoa já eram conhecidos e mínimos, não configurando urgência. Diante dos encaminhamentos, deliberou-se que a votação fosse realizada considerando duas alternativas: **Proposta 1** – aprovação da resolução contemplando apenas com a análise microbiológica do pescado; e **Proposta 2** – aprovação da resolução abrangendo tanto a análise microbiológica quanto a de metais pesados. Os representantes das seguintes instituições manifestaram-se, via chat, a favor da **Proposta 1**: Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro – FIPERJ; Prefeitura Municipal de Araruama; Prefeitura Municipal de Cabo Frio; Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu; Associação de Defesa da Lagoa de Araruama - Viva Lagoa; Associação das Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema – AMEAS; Associação de Pescadores Artesanais no Parque das Garças Integradas; Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável – IPEDS; Movimento de Mulheres de Iguaba Grande – MOMIG; Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João – ALA; Associação dos Pescadores Artesanais e Sentinelas da Laguna Araruama - APASLA; Clube Náutico de Araruama; Colônia de Pescadores de Iguaba Grande - Z29; Prolagos S.A Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto. Os representantes das seguintes instituições manifestaram-se a favor da **Proposta 2**: Prefeitura Municipal de Rio das Ostras; Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos – ASAERLA; Associação Comercial, Turística, Industrial e Agrícola de São Pedro da Aldeia – ACIASPA; Associação de Moradores e Amigos do Mato Grosso – AMAMG; Associação Socioambiental Nossa Lagoa Viva – ANOLAVI; Cidadania Buziana; Ordem dos Advogados do Brasil – 48 Subseção de São Pedro da Aldeia; Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN; Lagos Bioenergia S/A; Tosana Agropecuária Ltda. Diante disso, a **Proposta 1** foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Por fim, ficou deliberado que para o futuro será elaborado resolução específica sobre a análise de metais pesados, a ser discutida e votada em próxima plenária, conforme disponibilidade orçamentária. Seguiu-se para o item **3. Aprovação da Resolução que “Aprova a disponibilização de recursos financeiros do CBHLSJ no montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para a**

Contratação de Empresa Especializada para a realização de Curso de Formação de Condutores de Turismo de Base Comunitária (TBC). A Sra. Adriana Saad solicitou a palavra para prestar esclarecimentos quanto ao trâmite das resoluções, destacando que, antes de chegarem à CTIL para deliberação, estas já passam pela análise das câmaras técnicas e pela delegatária, inclusive com a verificação da disponibilidade orçamentária no plano plurianual. Ressaltou que eventuais sugestões de acréscimos eram sempre bem-vindas, mas devem ser encaminhadas à respectiva câmara técnica, para que seja avaliada a viabilidade de recursos e, se pertinente, elaborada nova resolução. Informou ainda que, em outubro, será feita nova projeção do Programa Anual de Atividades e Desembolso (PAAD), para 2026, oportunidade em que os membros poderão verificar a previsão de novos recursos. Após o esclarecimento da Sra. Adriana, a Sra. Aline Ribeiro projetou a minuta da resolução, fazendo a sua leitura. Não havendo manifestações por parte dos membros presentes, foi colocado em votação a aprovação da resolução. Os representantes das seguintes instituições manifestaram-se, via chat, a favor da aprovação da resolução: Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro – FIPERJ; Prefeitura Municipal de Araruama; Prefeitura Municipal de Cabo Frio; Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos – ASAERLA; Associação Comercial, Turística, Industrial e Agrícola de São Pedro da Aldeia – ACIASPA; Associação de Defesa da Lagoa de Araruama - Viva Lagoa; Associação de Moradores e Amigos do Mato Grosso – AMAMG; Associação das Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema – AMEAS; Associação de Pescadores Artesanais no Parque das Garças Integradas; Associação Socioambiental Nossa Lagoa Viva – ANOLAVI; Cidadania Buziana; Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável – IPEDS; Movimento de Mulheres de Iguaba Grande – MOMIG; Ordem dos Advogados do Brasil – 48 Subseção de São Pedro da Aldeia; Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João – ALA; Associação dos Pescadores Artesanais e Sentinelas da Laguna Araruama - APASLA; Clube Náutico de Araruama; Colônia de Pescadores de Iguaba Grande - Z29; Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN; Lagos Bioenergia S/A; Prolagos S.A Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto; Tosana Agropecuária Ltda. Não havendo manifestações contrárias, a resolução em questão foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Prosseguiu-se para o item **4. Avaliação da Minuta de Resolução que “Aprova a disponibilização de recursos financeiros do CBHLSJ no montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para a contratação de empresa especializada para a realização de Curso de Formação de Aquaviários (CFAQ) para Marinheiro Auxiliar de Convés (MAC) e Marinheiro Auxiliar de Máquinas (MAM) e do Curso de Formação Aquaviário – Pescador Profissional (POP)”**. A Sra. Aline Ribeiro projetou a resolução, fazendo a sua leitura. Ao final da leitura, a Sra. Carolina Mazieri pediu a palavra e manifestou preocupação quanto à aprovação de resoluções que envolvem recursos financeiros, considerando a ausência de uma visão global do orçamento e das prioridades do Comitê, em especial para os novos conselheiros que ainda não tiveram acesso a todas as informações. Destacou que seria importante conhecer o montante disponível e as ações prioritárias antes da votação, para que as deliberações ocorram com clareza e segurança. A Sra. Aline Ribeiro comentou sobre a existência dos instrumentos de planejamento financeiro – o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) e o Plano Anual de Desembolso (PAAD) – e que na oficina do dia 5 de agosto seria apresentado com maior profundidade as ações prioritárias e os saldos das ações. Contudo, ambos estavam disponíveis no site, para consulta a qualquer momento. A Sra. Samara Miranda (Assistente Administrativa do CILSJ)

complementou, recordando que o PAP já havia sido apresentado em reunião anterior, no dia 17 de abril, mas que a oficina traria informações mais detalhadas para os novos conselheiros. A Sra. Carolina Mazieri reiterou seu desconforto, afirmando que os novos conselheiros já ingressaram com pautas pré-definidas, sem oportunidade de deliberar sobre prioridades. O Sr. Francisco Guimarães solicitou que fosse mantido o foco na pauta em discussão, salientando que a oficina de capacitação será o momento oportuno para maiores esclarecimentos, evitando que a reunião plenária se prolongue em demasia. O Sr. Felipe Serpa manifestou-se destacando que, conforme encaminhamento da última plenária, as resoluções deveriam ser acompanhadas de pareceres e justificativas elaborados pela CTIL, o que não ocorreu nesta oportunidade. A Sra. Dalva Mansur esclareceu que as resoluções em pauta já estavam em tramitação antes do referido encaminhamento da plenária, razão pela qual não foram acompanhadas das justificativas formais, além disso, a questão deveria ser normatizada por meio de alteração no Regimento Interno do CBHLSJ. O Sr. Arnaldo Vila Nova manifestou-se ressaltando que as justificativas devem ser apresentadas pelas câmaras técnicas que propuseram as resoluções. Destacou ainda o caráter urgente e necessário da resolução em análise, frisando a importância do curso para o setor pesqueiro. O Sr. Samuel Muylaert (Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS) aproveitou o momento para propor uma reflexão mais ampla sobre a dinâmica de planejamento e implementação das ações. Ressaltou que, em outros comitês, a deliberação caso a caso atrasava os processos e que experiências como a do CEIVAP demonstravam a eficácia de organizar ações em blocos, diretamente alinhadas ao plano de recursos hídricos. Defendeu que o PAP e o PAAD fossem reflexos claros dessas intenções, de modo a evitar dispersões e sobrecarga de debates individuais, sugerindo uma evolução na forma de conduzir as pautas. O Sr. Francisco Guimarães voltou a se manifestar, reforçando a relevância do turismo de base comunitária e colocando-se à disposição para fornecer esclarecimentos adicionais por escrito, salientando que o projeto tem potencial para contribuir com a geração de renda comunitária e pode se tornar referência em âmbito internacional. Na sequência, o Sr. Jailton destacou que as discussões sobre os projetos e resoluções ocorrem previamente nas câmaras técnicas e grupos de trabalho, sendo a plenária o espaço destinado à deliberação final. Reforçou, portanto, a importância da participação ativa dos membros nas etapas anteriores para melhor compreensão das propostas. Por fim, após os devidos esclarecimentos e manifestações, foi colocado em votação a aprovação da resolução. Os representantes das seguintes instituições manifestaram-se, via chat, a favor da aprovação da resolução: Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro – FIPERJ; Prefeitura Municipal de Araruama; Prefeitura Municipal de Cabo Frio; Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu; Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos – ASAERLA; Associação de Defesa da Lagoa de Araruama - Viva Lagoa; Associação das Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema – AMEAS; Associação de Pescadores Artesanais no Parque das Garças Integradas; Associação Socioambiental Nossa Lagoa Viva – ANOLAVI; Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável – IPEDS; Movimento de Mulheres de Iguaba Grande – MOMIG; Ordem dos Advogados do Brasil – 48 Subseção de São Pedro da Aldeia; Associação dos Pescadores Artesanais e Sentinelas da Laguna Araruama - APASLA; Clube Náutico de Araruama; Colônia de Pescadores de Iguaba Grande - Z29; Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN; Prolagos S.A Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto; Tosana Agropecuária Ltda. **Abstenção:** Associação Comercial, Turística, Industrial e Agrícola de São Pedro da Aldeia – ACIASPA e Cidadania Buziana. Diante

disso, a resolução foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Dando seguimento, abordou-se o item 5. **Avaliação da Resolução que da Resolução que "Aprovação a disponibilização de recursos financeiros do CBHLSJ no montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a contratação de empresa para editoração, diagramação, confecção, ajuste de arte e impressão gráfica de material informativo e de divulgação do CBHLSJ.** A Sra. Aline Ribeiro projetou a resolução, fazendo a sua leitura. A Sra. Mônica Casarin pediu a palavra, ressaltando que, embora reconhecesse que o tema já não fosse diretamente vinculado ao item de pauta, sentia necessidade de compreender melhor o funcionamento da gestão orçamentária do Comitê, sobretudo para os novos membros. Explicou que, até então, o acesso aos relatórios contemplava apenas os gastos realizados até 2024, sem que houvesse clareza sobre o montante disponível para a atual gestão nem sobre as prioridades elencadas. Acrescentou que, embora a Sra. Dalva houvesse sugerido consultar o site do Comitê, não conseguira localizar os documentos referentes ao PAP e ao PAAD, encontrando apenas o balanço patrimonial, e solicitou formalmente que tais documentos fossem disponibilizados de forma oficial a todos os membros. Destacou ainda que a oficina de capacitação não seria o espaço adequado para sanar tais dúvidas, pois muitos conselheiros não poderiam comparecer em função de conflitos de agenda, citando, como exemplo, a coincidência da data com reuniões de planos de manejo das APAs, inclusive a do Pau Brasil, dentro do território do Comitê. Solicitou, assim, acesso formal aos documentos principais de orçamento e de definição de prioridades. Na sequência, a Sra. Samara Miranda esclareceu que as informações se encontravam em resoluções já publicadas, indicando que o PAP estava disposto na Resolução CBHLSJ nº 200/2025 e o PAAD na Resolução CBHLSJ nº 213/2025, disponíveis na página do Comitê. A Sra. Mônica Casarin agradeceu, mas observou que o acesso não era simples, sugerindo que tais documentos fossem enviados por e-mail. A Sra. Samara Miranda acrescentou que, na época em que foi solicitado aos membros que colaborassem com a definição de temas para a oficina, os documentos já haviam sido enviados, incluindo as resoluções do PAP e do PAAD, mas comprometeu-se a encaminhá-los novamente. Em seguida, a Sra. Marcela Bonelli questionou se a “boneca” da revista havia sido disponibilizada, pois, nas reuniões da Câmara Técnica, não houve acesso ao conteúdo final com os textos. Manifestou interesse em avaliar previamente o material antes da aprovação. A Sra. Aline Ribeiro explicou que a cotação havia sido realizada e resultou no valor apresentado, e que apenas após a contratação da empresa haverá a elaboração da “boneca”, que será submetida à Câmara Técnica de Educação Ambiental e Comunicação Social (CTEACOM) para aprovação. A Sra. Kátia Regina (Movimento de Mulheres de Iguaba Grande – MOMIG) pediu que observações não diretamente relacionadas ao tema de aprovação fossem reservadas para o final. Propôs, ainda, que, considerando a dificuldade de participação na oficina de capacitação em razão da mudança de datas, fosse avaliada a possibilidade de gravação e disponibilização posterior do material para os conselheiros ausentes. A Sra. Aline Ribeiro concordou com a sugestão, assim como o Sr. Jailton Nogueira, que considerou pertinente a ideia de deixar o material disponível para consultas futuras. O Sr. Francisco Guimarães reforçou a proposta, sugerindo ainda que os interessados que não puderem comparecer presencialmente possam agendar diretamente com a equipe administrativa e financeira um momento específico de capacitação no Comitê, o que contribuiria para maior compreensão e engajamento. A Sra. Aline Ribeiro solicitou, com anuência do Sr. Jailton Nogueira, que manifestações não relacionadas diretamente à aprovação da resolução fossem deixadas para os “assuntos gerais”. O Sr. Jailton Nogueira, em seguida,

comunicou que precisaria se ausentar, delegando a condução da reunião à Sra. Dalva Mansur, e destacou a importância de refletir sobre a possibilidade de reduzir o número de pautas, equilibrando a urgência de determinados temas com a necessidade de objetividade. A Sra. Marcela Bonelli aproveitou para reforçar que, em futuras ocasiões, seria importante disponibilizar previamente o conteúdo na Câmara Técnica, de forma a permitir a análise antes da deliberação em plenária, visto que na CT só foi discutida a intenção e o escopo. A Sra. Dalva Mansur esclareceu que se tratava de etapas distintas: o conteúdo, de responsabilidade dos autores convidados, e a aprovação orçamentária para viabilizar a publicação. Informou que diversos autores já havia entregue seus textos e que outros estavam em fase final, destacando que a diagramação e editoração ocorrem em paralelo à coleta dos conteúdos, sendo prática usual que a “boneca” seja apresentada apenas posteriormente. Ressaltou ainda que não haverá alterações de conteúdo por parte do Comitê, cabendo aos autores a responsabilidade pelos artigos, salvo em casos de incompatibilidade com os princípios do Comitê. A Sra. Kátia Regina corroborou com a Sra. Dalva, afirmando que a revisão ortográfica e textual já estava sendo realizada. Relembrou que apenas dois membros se disponibilizaram para colaborar nesse trabalho, quando foi solicitado durante a reunião da CTEACOM. A Sra. Mônica Casarin destacou seu interesse em conhecer previamente os autores. A Sra. Dalva Mansur apresentou então a lista de colaboradores e os temas: Firmino abordará o futuro do Comitê; Arnaldo tratará das questões relativas a fósforo, nitrogênio e monitoramento da Lagoa de Araruama; Ana Paula, secretária de Meio Ambiente de Araruama, discorrerá sobre os desafios do licenciamento municipal; Luiz Paulo escreverá sobre passarelas para animais; e equipe do CILSJ apresentará reflexões sobre o papel da delegatária; o projeto Mar Sem Lixo discutirá a importância das coletas e da prevenção à contaminação marinha; e Jailton elaborará artigo sobre a gestão de unidades de conservação municipais, destacando experiências bem-sucedidas em Cabo Frio. A Sra. Dalva Mansur frisou que todos os autores são reconhecidos pelo engajamento em ações de preservação e que a revista tem como objetivo apresentar, inclusive no ENCOB, a atuação do Comitê, valorizando aspectos técnicos ligados a práticas concretas. Após esses esclarecimentos, foi colocado em votação a aprovação da resolução. Os representantes das seguintes instituições manifestaram-se, via chat, a favor da aprovação da resolução: Prefeitura Municipal de Araruama; Prefeitura Municipal de Cabo Frio; Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos – ASAERLA; Associação Comercial, Turística, Industrial e Agrícola de São Pedro da Aldeia – ACIASPA; Associação de Defesa da Lagoa de Araruama - Viva Lagoa; Associação de Moradores e Amigos do Mato Grosso – AMAMG; Associação das Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema – AMEAS; Associação de Pescadores Artesanais no Parque das Garças Integradas; Associação Socioambiental Nossa Lagoa Viva – ANOLAVI; Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável – IPEDS; Movimento de Mulheres de Iguaba Grande – MOMIG; Ordem dos Advogados do Brasil – 48 Subseção de São Pedro da Aldeia; Associação dos Pescadores Artesanais e Sentinelas da Laguna Araruama - APASLA; Clube Náutico de Araruama; Colônia de Pescadores de Iguaba Grande - Z29; Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN; Lagos Bioenergia S/A; Prolagos S.A Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto. **Abstenção:** Cidadania Buziana e Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João – ALA. Diante disso, a resolução foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Seguiu-se para o item 6.

Aprovação da Resolução que “Dispõe sobre o procedimento do funcionamento das reuniões das Câmaras técnicas, Grupos de Trabalho e subcomitês, no âmbito do

Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João – CBHLSJ. A Sra. Aline Ribeiro projetou a resolução, fazendo a sua leitura. A Sra. Mônica Casarin registrou que as duas últimas resoluções não haviam sido enviadas previamente aos membros. Em resposta, A Sra. Samara Miranda esclareceu que parte da documentação havia sido encaminhada na convocação e que, em 22 de julho, foi enviada uma retificação de pauta contendo os documentos faltantes. Em seguida, o Sr. Felipe Serpa manifestou-se contrário à proposta, afirmando que o texto apresentava contradições com o Regimento do Comitê. Argumentou que a exigência de expertise para integrar grupos de trabalho fere o caráter democrático do colegiado, cuja essência é reunir diferentes setores da sociedade, e que o artigo 2º restringia a composição de subcomitês apenas a membros do Comitê, impedindo indicações de pessoas vinculadas às entidades representadas. Em sua opinião, a resolução não apresentava justificativa clara, criava restrições desnecessárias à participação e deveria, se o objetivo fosse alterar regras de composição, tramitar como modificação regimental, e não como resolução. O Sr. Fernando Barbosa reforçou a necessidade de maior atenção ao tema da participação obrigatória de concessionárias e poder público em determinadas câmaras técnicas, considerando tal ponto central para a regulamentação. Quanto ao requisito técnico, explicou que o texto trazia preferência, e não obrigatoriedade, por especialistas. O Sr. Felipe Serpa ponderou que, no caso dos grupos de trabalho, a redação de fato exigia expertise. A Sra. Ana Paula Rodrigues (Prefeitura Municipal de Araruama) explicou a relevância da resolução, relatando que, quando da última indicação, o poder público ficou sem representação por ter se inscrito no último dia, o que prejudicou sua participação em espaços fundamentais, como a Câmara Técnica de Saneamento. Mencionou ainda que as suas pautas levadas ao Subcomitê da Lagoa de Araruama não tiveram prosseguimento, reforçando a necessidade de aprovação para garantir participação efetiva e preservação da lagoa. O Sr. Francisco Guimarães destacou que o Regimento geral era amplo e genérico, mas que havia necessidade de protocolos mais claros para os procedimentos internos. Defendeu a resolução como aprimoramento, ainda que pudesse receber ajustes. Sugeriu que fosse reavaliada e retornasse em outubro, para incorporar contribuições, mas ressaltou que a iniciativa era positiva, já que situações de exclusão já haviam ocorrido, como no caso da FIPERJ na Câmara Técnica de Pesca, que deveria ter assento técnico garantido. A Sra. Mônica Casarin declarou reconhecer a necessidade da resolução e concordar com a posição da Sra. Ana Paula quanto à participação ampla, mas avaliou que a redação não correspondia à justificativa, pois não assegurava a inclusão democrática pretendida. O Sr. Emídio Fernandes, convidado representando a Prefeitura de Arraial do Cabo e integrante da CTIL, afirmou que falava na condição de ouvinte e integrante da CTIL, afirmou que a responsabilidade da CTIL era avaliar a viabilidade jurídica e estrutural da minuta. Solicitou que fosse identificado exatamente em quais pontos o texto estaria em desacordo com o Regimento, para que, se fosse o caso, a resolução retornasse à CTIL. A Sra. Dalva Mansur respondeu que também buscava compreender quais trechos seriam conflitantes, uma vez que boa parte da redação havia sido copiada do próprio Regimento. Destacou que limitar a composição a nove membros visava garantir a paridade entre os setores, e que a exigência de conhecimento técnico se justificava pela natureza especializada das câmaras e grupos. Ressaltou que prefeituras e concessionárias não poderiam ser excluídas de espaços técnicos, e que a proposta resultou de demanda de diversos segmentos, não de iniciativa isolada. Defendeu a votação imediata, afirmando que a resolução não excluía ouvintes, mas apenas estabelecia critérios técnicos adequados ao uso de recursos públicos. O Sr. Felipe Serpa reconheceu a pertinência da defesa feita por Ana Paula da FIPERJ e da Ana Paula da

Prefeitura, quanto à necessidade de garantir participação de órgãos afins. Entretanto, alertou para o risco de que, ao solucionar um problema, se criassem outros, pois a resolução restringiria a participação ao exigir expertise nos grupos de trabalho e ao limitar subcomitês à atuação exclusiva de membros do Comitê, impedindo que entidades pudessem indicar representantes técnicos de confiança. A Sra. Dalva Mansur rebateu que especialistas externos sempre poderiam ser convidados pelas câmaras. O Sr. Felipe Serpa citou o artigo 2º da minuta, apontando sua interpretação de restrição, enquanto a Sra. Dalva reiterou que a prática já ocorria conforme a lógica territorial dos subcomitês. O Sr. Emídio Fernandes trouxe referência ao Regimento, confirmando que a redação da resolução apenas reproduzia o disposto no artigos 31, do Regimento, e que, portanto, não havia incompatibilidade formal. Reconheceu, porém, que a minuta poderia ser revista sob a ótica política e propôs retirá-la de pauta para ajustes que ampliassem a participação, sobretudo nos grupos de trabalho. A Sra. Carolina Mazieri acompanhou a sugestão de Emídio, reforçando a necessidade de revisão para evitar nulidades e melhor adequar o texto ao espírito participativo do Comitê. A Sra. Ana Paula Rodrigues, contudo, discordou da retirada, defendendo a aprovação imediata com eventuais ajustes pontuais, sob pena de atraso de mais dois meses em pautas urgentes. A Sra. Talita Mallmann propôs objetivar a discussão votando especificamente os pontos controversos — a limitação dos subcomitês a membros e a exigência de expertise nos grupos — em vez de adiar toda a resolução. A Sra. Dalva Mansur e a Sra. Samara Miranda esclareceram que “membro” se refere à instituição, não à pessoa física, e que a redação visava assegurar atuação territorial compatível, como já previsto no Regimento. A Sra. Ana Paula Araújo questionou, se aprovada a resolução, como ficaria a situação das atuais câmaras técnicas, que já contam com participantes capacitados, inclusive pescadores e prefeituras. A Sra. Dalva Mansur esclareceu que, em casos como a Câmara de Pesca, não haveria exclusões, mas inclusão de órgãos técnicos adicionais, como a FIPERJ. A Sra. Mônica Casarin apontou que o texto utilizava expressões como “expertise” e “especialização” sem clareza sobre os critérios, abrindo margem a restrições arbitrárias. Defendeu que a redação fosse aprimorada. A Sra. Dalva Mansur explicou que o termo abrange também a experiência prática, como no caso de pescadores, e não apenas titulação acadêmica. O Sr. Felipe Serpa apoiou a proposta de reavaliação e reforçou a importância de revisar também outras resoluções de criação dos CT’s e GT’s, garantindo coerência. Houve debate adicional entre a Sra. Ana Paula Rodrigues, a Sra. Dalva Mansur e o Sr. Felipe Serpa sobre o critério territorial e de sede ou atuação, que já constava do Regimento. A Sra. Carolina Bonelli observou que, em respeito ao horário e diante da pauta extensa, seria preferível suspender a reunião e retomar em outra ocasião. A Sra. Ana Paula Rodrigues lamentou que, frequentemente, longos debates em itens iniciais acabem comprometendo o tratamento dos demais. O Sr. Carlos Alberto Cardozo interveio, apontando o excesso de tempo gasto na discussão, a extensão da pauta e a inviabilidade de reuniões tão longas em formato virtual. Defendeu objetividade e votação direta. A Sra. Dalva Mansur concordou com a colocação. Sra. Aline Ribeiro informou que a votação já estava aberta no chat, esclarecendo as duas propostas: **Proposta 1** – aprovação imediata da resolução; **Proposta 2** – devolução à CTIL para reavaliação. Os representantes das seguintes instituições manifestaram-se a favor da **Proposta 1**: Prefeitura Municipal de Araruama; Associação das Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema – AMEAS; Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável – IPEDS; Movimento de Mulheres de Iguaba Grande – MOMIG; Prolagos S.A Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto; Os representantes das seguintes instituições manifestaram-se a favor da

Proposta 2: Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro – FIPERJ; Prefeitura Municipal de Rio das Ostras; Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos – ASAERLA; Associação Comercial, Turística, Industrial e Agrícola de São Pedro da Aldeia – ACIASPA; Associação de Moradores e Amigos do Mato Grosso – AMAMG; Associação Socioambiental Nossa Lagoa Viva – ANOLAVI; Cidadania Buziana; Ordem dos Advogados do Brasil – 48 Subseção de São Pedro da Aldeia; Associação dos Pescadores Artesanais e Sentinelas da Laguna Araruama - APASLA; Clube Náutico de Araruama; Tosana Agropecuária Ltda. Diante disso, a **Proposta 2** foi aprovada pela maioria dos membros presentes. A Sra. Irene Mello (Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João – ALA) sugeriu que as pautas sejam aprovadas no início da reunião, de forma a evitar pautas excessivas e discussões prolongadas que inviabilizam a tramitação de todos os itens. A Sra. Aline Ribeiro ressaltou que as pautas são sempre alinhadas e aprovadas previamente com o Presidente e em conjunto com a secretaria executiva, que presta o suporte necessário, e que, caso haja alguma retificação, esta é comunicada por meio de ofício, e-mail ou mesmo no início da reunião. Na sequência, a Sra. Dalva Mansur questionou o quórum mínimo. A Sra. Aline Ribeiro esclareceu que, na realidade, o quórum mínimo é de 14 instituições e havia 17, conforme indicado pela Sra. Samara. Sendo assim, a Sra. Dalva Mansur prosseguiu a reunião, sugerindo tratar de forma conjunta o sétimo e o oitavo itens da pauta (7. **Aprovação da Resolução que “Cria o Grupo de Trabalho com a finalidade de acompanhar e propor melhorias para o site do CBHLSJ (GT Site do CBHLSJ) no âmbito do Comitê das Bacias Hidrográficas das Lagunas de Araruama e Saquarema e dos Rios São João e Una”; 8. Avaliação da Resolução que “Cria o Grupo de Trabalho de Reuso de Efluentes (GT Reuso) no âmbito do Comitê das Bacias Hidrográficas das Lagunas de Araruama e Saquarema e dos Rios São João e Una”**). O Sr. Felipe Serpa manifestou-se contrário à continuidade, alegando não haver condições de prosseguir, pois, se três pessoas se retirassem, o quórum seria perdido. A Sra. Dalva Mansur afirmou que prosseguiria com a reunião, ao que o Sr. Felipe Serpa respondeu, propondo que ele, a Sra. Carolina e mais um se retirassem, para assim forçar o adiamento. O Sr. Jorge Mello (Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João – ALA) sugeriu que o ponto fosse colocado em votação. A Sra. Dalva Mansur informou que o sétimo e o oitavo itens haviam sido suspensos por falta de clareza, após análise da CTIL, tendo retornado às instâncias de origem da demanda, observando que isso economizaria tempo. O Sr. Francisco Guimarães sugeriu que fosse marcada uma reunião extraordinária para discutir os demais pontos que ficaram pendentes. Salientou a importância da aprovação urgente do Regimento e o tratamento das demais pautas técnicas. Diante das manifestações, a Sra. Dalva Mansur solicitou que fosse colocado em votação o prosseguimento da reunião ou o adiamento dos itens de pauta faltantes para reunião extraordinária. A maioria dos membros presentes aprovou o adiamento desses itens para apreciação em reunião extraordinária. O Sr. Francisco Guimarães reforçou a importância da extraordinária, avaliando que seria menos desgastante e mais produtiva, desde que todos se comprometessem a estudar o material previamente e apresentar contribuições, de modo a tornar o encontro objetivo e eficaz. A Sra. Dalva Mansur recomendou que os membros buscassem esclarecimentos diretamente com a delegatária sobre eventuais dúvidas nas resoluções, evitando que a plenária ficasse sobrecarregada com questões já passíveis de explicação prévia. Sendo assim, a reunião foi encerrada. Deste modo, eu, Samara M. P. da H. Barros, lavro a presente Ata, para que, depois de lida, aprovada pelos membros do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João e assinada pelo Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João,



Comitê das Bacias Hidrográficas das Lagoas de Araruama e Saquarema e dos Rios São João e Una

589 produza seus efeitos legais. São Pedro da Aldeia, 30 de setembro de 2025.

Assinado digitalmente via ZapSign por
Jailton Dias Nogueira Junior
Data 09/10/2025 14:07:47.264 (UTC-0300)

JAILTON DIAS NOGUEIRA JUNIOR
Presidente do CBH Lagos São João

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)
Última atualização em 09 Outubro 2025, 14:07:47

Status: Assinado

Documento: Ata Da Reunião De Plenária 31-07-25.Pdf

Número: 8a10cfc8-9046-426a-b31d-1d75702e5740

Data da criação: 09 Outubro 2025, 13:42:10

Hash do documento original (SHA256): 76f601287875c04a59bbe9a172f6ff72274fe94f29f14d84a3502e58940e61e2



Assinaturas

1 de 1 Assinaturas

Assinado  via ZapSign by Truora JAILTON DIAS NOGUEIRA JUNIOR Data e hora da assinatura: 09/10/2025 14:07:47 Token: dfb34b9a-ce7e-439e-821b-67382676e737		Assinatura  Jailton Dias Nogueira Junior
Pontos de autenticação: Telefone: + 5522988351511 E-mail: jailtonmar@yahoo.com.br		Localização aproximada: -22.753212, -41.884328 IP: 187.63.10.237 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Linux; Android 10; K) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) SamsungBrowser/28.0 Chrome/130.0.0.0 Mobile Safari/537.36

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.
Confirme a integridade do documento aqui.



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 8a10cfc8-9046-426a-b31d-1d75702e5740, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign 8a10cfc8-9046-426a-b31d-1d75702e5740. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.